

Serviço da dívida exige renegociação dos juros

Da sucursal de
BRASÍLIA

A preocupação das autoridades econômicas em renegociar, também, as condições de pagamento dos juros da dívida externa justifica-se diante da proporção que esses compromissos vem atingindo a cada ano, tornando-se um peso insustentável para o País, mais até do que os compromissos de amortização.

Argumenta-se oficialmente que o importante é uma renegociação ampla, de forma a que os compromissos globais do País sejam menos pesados. Uma tese que setores técnicos do próprio governo discutem, porém, é a de que uma renegociação que não implique alteração das atuais condições e prazos de pagamento dos juros, em pouco tempo, poderá trazer os mesmos problemas de hoje e continuará a dificultar a retomada do crescimento interno.

Quem defende esse argumento lembra que o crescimento da relação entre o serviço e a amortização da dívida com as exportações de mercadorias — a maior fonte de receita do País no Exterior — e com o Produto Interno Bruto torna muito difícil ao Brasil manter um ritmo adequado de crescimento, o que seria uma outra razão para se buscar uma renegociação mais favorável.

Em 1966, por exemplo, o Brasil amortizou US\$ 350 milhões de sua dívida e pagou US\$ 155 milhões em juros líquidos, com o serviço da dívida naquele ano representando, portanto, 29% do resultado da balança comercial e 1,8% do Produto Interno

Bruto, segundo dados extraídos de estatísticas do Banco Central.

Em 1971, o Brasil já amortizava US\$ 1,383 milhões e pagava US\$ 302 milhões em juros, consumindo 58% de todas as exportações de produtos, e o equivalente a 3,2% do PIB. Registra-se uma ligeira melhora na relação em 1976, com o pagamento de US\$ 1,810 milhões em juros e US\$ 3.004 milhões em amortizações, significando esses US\$ 4.814 milhões, 47,5% das exportações e 3,1% do PIB.

Os juros líquidos pagos pelo Brasil por conta de sua dívida foram aumentando, alcançando US\$ 9.161 milhões em 1981, ultrapassando os US\$ 7.494 milhões das amortizações. Então, 71,5% das exportações foram gastas com esse serviço, que significou, também 5,7% do Produto Interno.

Em 1982 a situação foi bem pior, com o Brasil amortizando US\$ 8.179 milhões de sua dívida e pagando US\$ 11.358 milhões em juros líquidos. Aí o serviço significou 6,6% do PIB e consumiu 96,8% das exportações que já vinham crescendo nos últimos anos, alcançando US\$ 20,175 milhões.

O aumento dos pagamentos de juros pelo Brasil deveu-se, em parte, à elevação do volume de sua dívida, mas, também, às elevações dessas taxas no mercado externo. A taxa média de juros, que foi de 7,8% em 1975, passou para 12,6% em 80 e alcançou 18,2% em 1981, segundo números computados pelo Ministério da Fazenda. Em 82, as caixas registraram uma ligeira queda, passando a 16%.

A dívida externa brasileira registrada no Banco Central, que não é

real, pois existe também a dívida não registrada, passou de US\$ 12.572 milhões em 1973 para US\$ 43.510 milhões em 78, US\$ 61.411 milhões em 81 e US\$ 69.653 milhões ao final de 1982, ano em que devem ser considerados mais US\$ 13.635,2 milhões não registrados, conforme estatísticas do próprio Banco, que elevaram a dívida brasileira no final do ano passado para US\$ 83.288,7 milhões. Hoje, ela está na casa dos US\$ 100 bilhões, mas a dois meses do final do exercício, não se sabe quanto o Brasil gastará com o serviço da dívida, pois milhares de dólares não estão sendo pagos, a espera de novos empréstimos de bancos privados e do Fundo Monetário Internacional, que se destinarão, exatamente, a cobrir o serviço.

O que se pretende é renegociar os pagamentos brasileiros para que sobre recursos que permitam a retomada do crescimento econômico. Consideráveis superávits na balança comercial, como o deste ano, que deverá ficar entre US\$ 6,3 e US\$ 6,4 bilhões, devem ser utilizados para garantir o desenvolvimento econômico e não apenas o pagamento do serviço da dívida.

Nessa linha de raciocínio, argumenta-se que a dívida brasileira resulta da tomada de empréstimos, nos últimos anos, que financiaram o crescimento econômico. Agora, os empréstimos devem-se destinar, prioritariamente, ao giro da própria dívida, ficando o resultado da poupança interna e do grande esforço exportador para as atividades econômicas internas.